



Rogério Greco

DIREITO PENAL ESTRUTURADO



3^a
edição revista,
atualizada e
ampliada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 26.01.2023
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

G829d
3. ed.

Greco, Rogério
Direito penal estruturado / Rogério Greco. – 3. ed., rev., atual. e compl. – Rio de Janeiro: Método, 2023.
968 p.; 28 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5964-764-4

1. Direito – Brasil. I. Título.

23-82067

CDU: 343.2(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Sumário

PARTE GERAL	1
1. NOTAS PRELIMINARES	3
1.1. Expressões mais utilizadas.....	3
1.2. Finalidades do Direito Penal.....	3
1.3. Teorias sobre os bens que podem ser protegidos pelo Direito Penal.....	3
1.4. Códigos do Brasil.....	4
1.5. Código Penal atual.....	4
1.6. Direito Penal Objetivo e Direito Penal Subjetivo.....	4
1.7. Garantismo.....	5
1.7.1. Garantias primárias e secundárias, segundo o Prof. Luigi Ferrajoli.....	5
1.7.2. Axiomas garantistas.....	5
1.8. Fontes do Direito Penal.....	6
2. DA NORMA PENAL	6
2.1. Características da norma penal.....	6
2.2. Normas penais incriminadoras × Normas penais não incriminadoras.....	7
2.3. Normas penais em branco ou primariamente remetidas.....	7
2.4. Concurso ou conflito aparente de normas.....	8
2.5. Interpretação e integração da lei penal.....	9
2.6. Analogia.....	11
3. PRINCÍPIOS PENAIS FUNDAMENTAIS	12
3.1. Princípio da intervenção mínima.....	13
3.2. Princípio da lesividade.....	13
3.3. Princípio da adequação social.....	13
3.4. Princípio da fragmentariedade.....	13
3.5. Princípio da insignificância.....	14
3.6. Princípio da individualização da pena.....	14
3.7. Princípio da proporcionalidade.....	14
3.8. Princípio da responsabilidade pessoal.....	15
3.9. Princípio da limitação ou humanidade das penas.....	15
3.10. Princípio da culpabilidade.....	15
3.11. Princípio da legalidade.....	16
3.12. Princípio da extra-atividade da lei penal.....	17
3.13. Princípio da territorialidade.....	20
3.14. Princípio da extraterritorialidade.....	21
3.15. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	22
3.16. Princípio do <i>in dubio pro reo</i>	22
3.17. Princípio do <i>ne bis in idem</i>	22
4. TEORIA DO CRIME	23
4.1. Conceito de crime.....	23
4.2. Infração penal.....	23
4.3. Elementos do conceito analítico do crime.....	23
4.4. Conduta/Ação.....	23

4.4.1.	Conceitos de conduta/ação.....	24
4.4.2.	Classificações da conduta.....	24
4.4.3.	Ausência de conduta.....	25
4.4.4.	Fases de realização da ação.....	26
5.	TEORIA DO TIPO.....	26
5.1.	Tipicidade penal	27
5.2.	Adequação típica	27
5.3.	Fases da evolução do tipo.....	28
5.4.	Espécies de tipos	28
6.	CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA DOS CRIMES.....	29
6.1.	Crime comissivo e crime omissivo.....	29
6.2.	Crime consumado e crime tentado.....	29
6.3.	Crime doloso e crime culposo	30
6.4.	Crimes qualificados pelo resultado e crimes preterdolosos	30
6.5.	Crimes qualificados e crimes privilegiados.....	30
6.6.	Crime impossível	30
6.7.	Crime putativo.....	31
6.8.	Crime material, crime formal e crime de mera conduta	31
6.9.	Crime comum, crime próprio e crime de mão própria.....	31
6.10.	Crimes hediondos	32
6.11.	Crimes militares próprios e crimes militares impróprios	32
6.12.	Crime continuado.....	32
6.13.	Crime multitudinário.....	32
6.14.	Crime de dano e crime de perigo.....	32
6.15.	Crime simples e crime complexo	33
6.16.	Crime de bagatela.....	33
6.17.	Crime falho	33
6.18.	Crime instantâneo, crime instantâneo de efeitos permanentes, crime permanente e crime a prazo.....	33
6.19.	Delito de intenção ou de tendência interna transcendente	34
6.20.	Crime político	34
6.21.	Crime de opinião	34
6.22.	Crimes a distância, crimes plurilocais e crimes em trânsito.....	34
6.23.	Crime habitual	35
6.24.	Crimes principais e crimes acessórios	35
6.25.	Infração de menor potencial ofensivo	35
6.26.	Crimes monossubjetivos e crimes plurissubjetivos ou de concurso necessário	35
6.27.	Crimes uniofensivos e crimes pluriofensivos.....	35
6.28.	Crimes de subjetividade passiva única e crimes de subjetividade passiva dupla	36
6.29.	Crime de ímpeto.....	36
6.30.	Crime progressivo.....	36
6.31.	Crime exaurido.....	36
6.32.	Crimes de atentado ou de empreendimento	36
6.33.	Crimes vagos	37
6.34.	Crimes ambientais	37
6.35.	Crimes unissubsistentes ou monossubsistentes e crimes plurissubsistentes.....	37
6.36.	Crimes transeuntes e crimes não transeuntes	37
6.37.	Crimes conexos.....	37
6.38.	Crimes falimentares.....	37
6.39.	Crimes de responsabilidade.....	38
6.40.	Crimes subsidiários.....	38
6.41.	Crimes funcionais.....	38
6.42.	Crimes de ação múltipla ou de conteúdo variado	39
6.43.	Crimes de forma livre e crimes de forma vinculada.....	39
6.44.	Crimes de ensaio ou de experiência (flagrante preparado ou provocado).....	39
6.45.	Crimes remetidos.....	40

6.46. Crimes aberrantes.....	40
6.47. Crimes internacionais.....	40
7. DO TIPO PENAL.....	40
7.1. Elementares do tipo penal.....	40
7.2. Elementos do tipo.....	41
7.2.1. Elementos específicos dos tipos penais.....	41
7.3. Funções do tipo.....	42
7.4. Tipo doloso.....	42
7.4.1. Elementos do dolo.....	42
7.4.2. Conceito de dolo.....	42
7.4.3. Dolo no Código Penal.....	42
7.4.4. Teorias do dolo.....	43
7.4.5. Classificação do dolo.....	43
7.4.6. Espécies de dolo.....	44
7.4.7. Ausência de dolo.....	45
7.5. Condições objetivas de punibilidade.....	45
7.5.1. Correntes sobre a natureza jurídica da condição objetiva de punibilidade.....	45
7.6. Tipo culposos.....	45
7.6.1. Culpa no Código Penal.....	45
7.6.2. Elementos que integram o crime culposos.....	46
7.6.3. Espécies de culpa.....	47
8. RELAÇÃO DE CAUSALIDADE.....	48
8.1. Correntes a respeito do resultado de que trata o <i>caput</i> do art. 13 do CP.....	48
8.2. Teorias aplicáveis.....	49
8.3. Processo Hipotético de eliminação De Tryrén (regressão em busca das causas do resultado).....	49
8.4. Causa absolutamente independente.....	50
8.4.1. Espécies de causas absolutamente independentes.....	51
8.5. Causa relativamente independente.....	51
8.5.1. Espécies de causas relativamente independentes.....	52
8.5.2. Considerações sobre as causas relativamente independentes supervenientes.....	52
8.6. Omissão como causa do resultado.....	53
8.6.1. Espécies de omissão.....	53
8.6.2. Relevância da omissão nos crimes omissivos impróprios.....	54
8.6.3. Fontes do dever agir.....	54
8.7. Teoria da imputação objetiva.....	55
8.7.1. Vertentes apontadas por Roxin.....	56
8.7.2. Vertentes apontadas por Jakobs.....	57
8.7.3. Heterocolocação em perigo.....	58
9. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	58
9.1. Fases do <i>iter criminis</i>	58
9.2. Consumação.....	58
9.2.1. Momento de consumação dos crimes.....	59
9.2.2. Teorias sobre a diferença entre atos preparatórios e atos de execução.....	59
9.3. Tentativa.....	60
9.3.1. Elementos que caracterizam o crime tentado.....	60
9.3.2. Espécies de tentativa.....	60
9.3.3. Infrações penais que não admitem tentativa.....	61
9.3.4. Teorias sobre a punibilidade do crime tentado.....	61
9.3.5. Temas gerais.....	62
10. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ.....	62
10.1. Desistência voluntária.....	62
10.1.1. Considerações gerais.....	62
10.2. Arrependimento eficaz.....	63
10.2.1. Considerações gerais.....	63

11. ARREPENDIMENTO POSTERIOR	63
11.1. Considerações gerais.....	63
11.2. Requisitos para a aplicação do arrependimento posterior.....	64
12. CRIME IMPOSSÍVEL	65
12.1. Teorias sobre crime impossível	65
13. AGRAVAÇÃO PELO RESULTADO	66
13.1. Crimes qualificados pelo resultado	67
13.2. Crítica aos crimes preterdolosos	67
14. ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO	67
14.1. Espécies de erro reconhecidas pelo Código Penal.....	67
14.1.1. Erro vencível x Erro invencível.....	67
14.2. Erro de tipo.....	68
14.2.1. Consequências do erro de tipo.....	68
14.2.2. Espécies de erro de tipo	68
14.2.3. Discriminantes putativas	69
14.3. Teorias sobre o erro que recai sobre causas de justificação.....	71
15. ILICITUDE.....	72
15.1. Ilícitude formal x Ilícitude material.....	72
15.2. Conceito completo de ilicitude.....	72
15.3. Ilícitude no conceito analítico de crime.....	72
15.4. Causas legais de exclusão da ilicitude (CP, art. 23, I, II e III).....	73
15.4.1. Elementos das causas de justificação	73
16. ESTADO DE NECESSIDADE.....	73
16.1. Elementos do estado de necessidade	74
16.2. Espécies de estado de necessidade	75
16.3. Tópicos gerais.....	75
17. LEGÍTIMA DEFESA.....	76
17.1. Elementos da legítima defesa.....	76
17.2. Espécies de legítima defesa.....	77
17.3. Tópicos gerais.....	77
18. EXCESSO.....	78
18.1. Informações gerais.....	78
18.2. Excesso na legítima defesa	79
19. ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL	79
19.1. Conceito.....	79
19.2. Requisitos do estrito cumprimento do dever legal.....	80
20. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO	80
20.1. Conceito e requisitos do exercício regular de direito	80
21. CONSENTIMENTO DO OFENDIDO	81
21.1. Correntes sobre a finalidade.....	81
21.2. Requisitos do consentimento do ofendido.....	81
22. CULPABILIDADE.....	81
22.1. Fundamentos da reprovabilidade.....	82
22.2. Evolução histórica da culpabilidade na teoria do delicto.....	82
23. IMPUTABILIDADE (CAPACIDADE DE CULPABILIDADE).....	83
23.1. Elementos da imputabilidade.....	83
23.2. Inimputabilidade - CP, arts. 26. <i>caput</i> , e 27	83
23.3. Semi-imputabilidade - CP, art. 26, parágrafo único	83

23.4. Fatores que não excluem a imputabilidade penal – CP, art. 28, I e II.....	84
23.4.1. Embriaguez – CP, art. 28, II, §§ 1º e 2º.....	85
24. POTENCIAL CONSCIÊNCIA SOBRE A ILICITUDE DO FATO.....	87
24.1. Erro de proibição (erro sobre a ilicitude do fato).....	87
24.1.1. Consequências sobre o erro sobre a ilicitude do fato.....	87
24.1.2. Consciência sobre a ilicitude.....	87
24.1.3. Espécies de erro de proibição.....	88
24.1.4. Erro sobre elementos normativos do tipo.....	88
24.1.5. Erro de proibição e delito putativo.....	88
25. EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA.....	89
25.1. Inexigibilidade de conduta diversa.....	89
25.2. Culpabilidade.....	89
26. CONCURSO DE PESSOAS.....	90
26.1. Natureza jurídica: norma de extensão (pessoal).....	90
26.2. Modalidades de concurso de pessoas.....	90
26.3. Requisitos para o concurso de pessoas.....	91
26.4. Teorias sobre concurso de pessoas.....	91
26.5. Autoria.....	92
26.5.1. Teorias a respeito da autoria.....	92
26.5.2. Espécies de autoria.....	93
26.6. Coautoria.....	94
26.6.1. Coautoria sucessiva.....	94
26.6.2. Coautoria em crimes de mão própria.....	95
26.7. Participação.....	95
26.7.1. Teorias sobre a participação.....	95
26.7.2. Espécies de cumplicidade.....	96
26.7.3. Destaques sobre participação.....	96
27. DAS PENAS.....	98
27.1. Penas proibidas pela Constituição – CF, art. 5º, XLVII.....	98
27.2. Origem das penas.....	98
27.3. Finalidades das penas.....	99
27.3.1. Teoria adotada pelo CP.....	99
27.4. Sistemas prisionais.....	100
27.5. Espécies de penas – CP, art. 32.....	100
28. PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE.....	101
28.1. Algumas diferenças entre reclusão e detenção.....	101
28.2. Regimes de cumprimento de pena – CP, art. 33, § 1º.....	101
28.3. Fixação do regime inicial de cumprimento de pena – CP, art. 33, § 2º.....	101
28.3.1. Súmulas aplicáveis.....	102
28.4. Regras do regime fechado – CP, art. 34.....	103
28.5. Regras do regime semiaberto – CP, art. 35.....	103
28.5.1. Súmulas aplicáveis.....	103
28.6. Regras do regime aberto – CP, art. 36.....	104
28.6.1. Súmula aplicável.....	104
28.7. Progressão e regressão de regime.....	105
28.7.1. Súmulas aplicáveis.....	106
28.8. Regime especial – CP, art. 37.....	106
28.9. Direitos do preso – CP, art. 38.....	106
28.10. Trabalho do preso e remição da pena – CP, art. 39, e LEP, art. 126.....	106
28.10.1. Remição pelo estudo.....	106
28.11. Superveniência de doença mental – CP, art. 41.....	106
28.12. Detração – CP, art. 42.....	107
28.13. Prisão-albergue domiciliar.....	107

28.14. Uso de algemas.....	107
28.14.1. Súmula aplicável.....	107
28.14.2. Regulamentação normativa.....	107
28.15. Monitoramento eletrônico - LEP, arts. 146-B, 146-C e 146-D.....	107
28.16. Regime disciplinar diferenciado.....	108
28.16.1. Características - LEP, art. 52, <i>caput</i> , e incisos I, II, III, IV, V, VI e VII (com a redação da Lei 13.964/2019).....	108
28.16.2. Possibilidade de aplicação - LEP, art. 52, <i>caput</i> e §§ 1º e 3º a 7º.....	108
29. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....	109
29.1. Espécies de penas restritivas de direitos - CP, art. 43.....	109
29.2. Requisitos para a substituição - CP, art. 44.....	109
29.3. Duração das penas restritivas de direitos - CP, art. 55.....	110
29.4. Prestação pecuniária - CP, art. 45, § 1º.....	110
29.5. Perda de bens e valores - CP, art. 45, § 3º.....	110
29.6. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas -CP, art. 46.....	111
29.7. Interdição temporária de direitos - CP, art. 47.....	112
29.8. Limitação de fim de semana - CP, art. 48.....	112
29.9. Conversão das penas restritivas de direitos - CP, art. 44, § 4º.....	113
30. PENA DE MULTA.....	113
30.1. Aplicação da pena de multa.....	114
30.2. Pagamento da pena de multa.....	114
30.3. Competência para a execução da pena de multa.....	114
31. APLICAÇÃO DA PENA.....	115
31.1. Critério trifásico - CP, art. 68.....	115
31.2. Fixação da pena.....	115
31.3. Circunstâncias judiciais - CP, art. 59.....	116
31.4. Circunstâncias.....	117
31.4.1. Circunstâncias agravantes - CP, art. 61.....	118
31.4.2. Circunstâncias atenuantes - CP, art. 65.....	121
31.4.3. Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes - CP, art. 67.....	122
32. CONCURSO DE CRIMES.....	123
32.1. Espécies de concurso de crimes.....	123
32.2. Aplicação da pena no concurso de crimes.....	123
32.3. Concurso material ou real - CP, art. 69.....	124
32.3.1. Concurso material e penas restritivas de direitos - CP, art. 69, § 1º.....	124
32.4. Concurso formal ou ideal - CP, art. 70.....	124
32.4.1. Espécies de concurso formal.....	125
32.5. Crime continuado - CP, art. 71.....	125
32.5.1. Espécies de crime continuado.....	126
32.5.2. Teorias sobre crime continuado.....	126
32.6. Pena de multa no concurso de crimes.....	127
32.7. Concurso de infrações.....	127
33. CRIMES ABERRANTES.....	128
33.1. Espécies de crimes aberrantes.....	128
33.1.1. <i>Aberratio ictus</i> - CP, art. 73.....	128
33.1.2. <i>Aberratio criminis</i> - CP, art. 74.....	129
33.1.3. Concurso material benéfico nas hipóteses de <i>aberratio ictus</i> e <i>aberratio criminis</i>	129
33.1.4. <i>Aberratio causae</i>	130
34. LIMITES DAS PENAS.....	130
34.1. Unificação das penas - CP, art. 75, §§ 1º e 2º.....	130
34.2. Correntes sobre o cálculo para concessão dos "benefícios" legais.....	130
34.3. Tempo de cumprimento.....	130
34.4. Diferença entre soma e unificação.....	130

35. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA (<i>SURSIS</i>)	131
35.1. Espécies de <i>sursis</i>	131
35.2. Requisitos objetivos e subjetivos do <i>sursis</i> – CP, art. 77.....	131
35.3. Audiência admonitória.....	132
35.4. Revogação obrigatória do <i>sursis</i> – CP, art. 81.....	132
35.5. Revogação facultativa do <i>sursis</i> – CP, art. 81, § 1º.....	132
35.6. Prorrogação do período de prova – CP, art. 81, § 2º.....	132
35.7. Cumprimento das condições – CP, art. 82.....	132
35.8. Diferença entre <i>sursis</i> e a suspensão condicional do processo	133
36. LIVRAMENTO CONDICIONAL	133
36.1. Requisitos objetivos e subjetivos para o livramento condicional – CP, art. 83.....	133
36.2. Condições para o cumprimento – CP, art. 85.....	134
36.3. Procedimento	134
36.4. Revogação obrigatória do livramento condicional – CP, art. 86.....	134
36.5. Revogação facultativa do livramento condicional – CP, art. 87.....	134
36.6. Audiência de justificação	135
36.7. Extinção da pena – CP, arts. 89 e 90.....	135
36.8. Súmulas aplicáveis.....	135
37. EFEITOS DA CONDENAÇÃO	135
37.1. Efeitos genéricos da condenação – CP, art. 91, §§ 1º e 2º.....	135
37.2. O art. 91-A, introduzido pela Lei 13.964, de 24 de dezembro de 2019.....	136
37.3. Efeitos específicos da condenação – CP, art. 92.....	137
37.4. Destaques sobre efeitos da condenação.....	137
38. REABILITAÇÃO	138
38.1. Requisitos para análise do pedido de reabilitação – CP, art. 94.....	138
38.2. Competência para análise do pedido de reabilitação – CPP, art. 743.....	138
39. MEDIDAS DE SEGURANÇA	138
39.1. Espécies de medidas de segurança – CP, art. 96.....	139
40. AÇÃO PENAL	140
40.1. Espécies de ação penal – CP, art. 100.....	140
40.2. Princípios informadores.....	141
40.2.1. Princípios informadores da ação penal de iniciativa pública.....	141
40.2.2. Princípios informadores da ação penal de iniciativa privada.....	141
41. CONDIÇÕES OBJETIVAS DE PUNIBILIDADE	142
41.1. Correntes sobre a natureza jurídica da condição objetiva de punibilidade.....	142
42. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	143
42.1. Causas extintivas da punibilidade – CP, art. 107.....	143
42.1.1. Morte do agente.....	143
42.1.2. Anistia, graça e indulto.....	143
42.1.3. Retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso.....	144
42.1.4. Prescrição, decadência e preempção.....	144
42.1.5. Renúncia ao direito de queixa e perdão aceito nos crimes de ação privada.....	145
42.1.6. Retratação do agente nos casos em que a lei admite	146
42.1.7. Perdão judicial, nos casos previstos em lei.....	146
43. PRESCRIÇÃO	146
43.1. Fundamentos.....	146
43.2. Natureza jurídica	146
43.3. Momento para seu reconhecimento	146
43.4. Espécies de prescrição.....	147
43.5. Prescrição antes de transitar em julgado a sentença final –CP, art. 109.....	147
43.6. Prescrição depois de transitar em julgado a sentença penal condenatória – CP, art. 110.....	148

43.7. Modalidades de prescrição	148
43.8. Início da contagem da prescrição	148
43.9. Prescrição da multa – CP, art. 114.....	149
43.10.Redução do prazo prescricional – CP, art. 115.....	149
43.11. Causas suspensivas da prescrição – CP, art. 116.....	149
43.11.1. Outras hipóteses de suspensão do prazo prescricional.....	150
43.12. Causas interruptivas da prescrição	150
43.12.1. Efeitos da interrupção – CP, art. 117, § 1º	152
43.13.Prescrição no concurso de crimes – CP, art. 119.....	152
43.14.Prescrição pela pena em perspectiva (ideal, hipotética ou pela pena virtual).....	152
43.15.Imprescritibilidade.....	152
PARTE ESPECIAL	153
1. DOS CRIMES CONTRA A PESSOA.....	155
1.1. Dos crimes contra a vida.....	155
1.1.1. Homicídio (art. 121 do CP).....	155
1.1.2. Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação (art. 122 do CP).....	163
1.1.3. Infanticídio (art. 123 do CP).....	167
1.1.4. Aborto.....	170
1.2. Das lesões corporais.....	178
1.2.1. Lesões corporais (art. 129 do CP).....	178
1.3. Da periclitación da vida e da saúde	189
1.3.1. Perigo de contágio venéreo (art. 130 do CP).....	189
1.3.2. Perigo de contágio de moléstia grave (art. 131 do CP).....	192
1.3.3. Perigo para a vida ou saúde de outrem (art. 132 do CP).....	194
1.3.4. Abandono de incapaz (art. 133 do CP).....	196
1.3.5. Exposição ou abandono de recém-nascido (art. 134 do CP).....	199
1.3.6. Omissão de socorro (art. 135 do CP).....	202
1.3.7. Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial (art. 135-A do CP).....	204
1.3.8. Maus-tratos (art. 136 do CP).....	207
1.4. Da rixa.....	211
1.4.1. Rixa (art. 137 do CP).....	211
1.5. Dos crimes contra a honra.....	214
1.5.1. Calúnia (art. 138 do CP).....	214
1.5.2. Difamação (art. 139 do CP).....	219
1.5.3. Injúria (art. 140 do CP).....	222
1.5.4. Exclusão dos crimes de injúria e difamação (art. 142 do CP).....	227
1.6. Dos crimes contra a liberdade individual	231
1.6.1. Dos crimes contra a liberdade pessoal	231
1.6.2. Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio	258
1.6.3. Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência.....	263
1.6.4. Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos.....	270
2. DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.....	281
2.1. Do furto.....	281
2.1.1. Furto (art. 155 do CP).....	281
2.1.2. Furto de coisa comum (art. 156 do CP).....	292
2.2. Do roubo e da extorsão	294
2.2.1. Roubo (art. 157 do CP).....	294
2.2.2. Extorsão (art. 158 do CP).....	305
2.2.3. Extorsão mediante sequestro (art. 159 do CP).....	310
2.2.4. Extorsão indireta (art. 160 do CP).....	314
2.3. Da usurpação.....	317
2.3.1. Alteração de limites (art. 161 do CP).....	317
2.3.2. Usurpação de águas (art. 161, § 1º, I, do CP).....	319
2.3.3. Esbulho possessório (art. 161, § 1º, II, do CP).....	321

2.3.4.	Tópicos comuns aos delitos de alteração de limites, usurpação de águas e esbulho possessório...	323
2.3.5.	Supressão ou alteração de marca em animais (art. 162 do CP)	324
2.4.	Do dano	328
2.4.1.	Dano (art. 163 do CP)	328
2.4.2.	Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia (art. 164 do CP).....	332
2.4.3.	Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico (art. 165 do CP).....	335
2.4.4.	Alteração de local especialmente protegido (art. 166 do CP)	339
2.4.5.	Ação penal (art. 167 do CP).....	341
2.5.	Da apropriação indébita.....	342
2.5.1.	Apropriação indébita (art. 168 do CP).....	342
2.5.2.	Apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do CP)	346
2.5.3.	Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza (<i>caput</i> do art. 169 do CP)...	350
2.5.4.	Apropriação de tesouro (art. 169, parágrafo único, I, do CP).....	352
2.5.5.	Apropriação de coisa achada (art. 169, parágrafo único, II, do CP).....	353
2.5.6.	Disposições comuns aos delitos	354
2.6.	Do estelionato e outras fraudes	356
2.6.1.	Estelionato (art. 171 do CP)	356
2.6.2.	Fraude com a utilização de ativos virtuais, valores mobiliários ou ativos financeiros (art. 171-A do CP).....	367
2.6.3.	Duplicata simulada (art. 172 do CP)	370
2.6.4.	Abuso de incapazes (art. 173 do CP)	373
2.6.5.	Induzimento à especulação (art. 174 do CP).....	375
2.6.6.	Fraude no comércio (art. 175 do CP)	378
2.6.7.	Outras fraudes (art. 176 do CP).....	383
2.6.8.	Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações (art. 177 do CP).....	385
2.6.9.	O diretor, o gerente ou o fiscal de sociedade por ações, que, em prospecto, relatório, parecer, balanço ou comunicação ao público ou à assembleia, faz afirmação falsa sobre as condições econômicas da sociedade, ou oculta fraudulentamente, no todo ou em parte, fato a elas relativo (art. 177, § 1º, I, do CP).....	387
2.6.10.	O diretor, o gerente ou o fiscal que promove, por qualquer artifício, falsa cotação das ações ou de outros títulos da sociedade (art. 177, § 1º, II, do CP)	388
2.6.11.	O diretor ou o gerente que toma empréstimo à sociedade ou usa, em proveito próprio ou de terceiro, dos bens ou haveres sociais, sem prévia autorização da assembleia geral (art. 177, § 1º, III, do CP).....	390
2.6.12.	O diretor ou o gerente que compra ou vende, por conta da sociedade, ações por ela emitidas, salvo quando a lei o permite (art. 177, § 1º, IV, do CP)	392
2.6.13.	O diretor ou o gerente que, como garantia de crédito social, aceita em penhor ou em caução ações da própria sociedade (art. 177, § 1º, V, do CP)	393
2.6.14.	O diretor ou o gerente que, na falta de balanço, em desacordo com este, ou mediante balanço falso, distribui lucros ou dividendos fictícios (art. 177, § 1º, VI, do CP)	395
2.6.15.	O diretor, o gerente ou o fiscal que, por interposta pessoa, ou conluiado com acionista, consegue a aprovação de conta ou parecer (art. 177, § 1º, VII, do CP).....	396
2.6.16.	O liquidante, nos casos dos nºs I, II, III, IV, V e VI! (art. 177, § 1º VIII, do CP) - vide arts. 208 a 218 da Lei 6.404/1976.....	398
2.6.17.	O representante da sociedade anônima estrangeira, autorizada a funcionar no país, que pratica os atos mencionados nos nºs I e II, ou dá falsa informação ao governo (art. 177, § 1º, IX, do CP)....	399
2.6.18.	Negociação de voto (art. 177, § 2º, do CP)	401
2.6.19.	Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i> (art. 178 do CP).....	401
2.6.20.	Fraude à execução (art. 179 do CP).....	403
2.7.	Da receptação	406
2.7.1.	Receptação (art. 180 do CP)	406
2.7.2.	Receptação de animal (art. 180-A do CP).....	413
2.8.	Disposições gerais	416
2.8.1.	Arts. 181, 182 e 183 do CP	416
3.	DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL	418
3.1.	Dos crimes contra a propriedade intelectual.....	418
3.1.1.	Violação de direito autoral (art. 184 do CP).....	418

4. DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	422
4.1. Atentado contra a liberdade de trabalho (art. 197 do CP).....	422
4.1.1. Introdução	422
4.1.2. Classificação doutrinária.....	423
4.1.3. Quadro-resumo	423
4.1.4. Pena, ação penal, competência para julgamento e suspensão condicional do processo.....	424
4.2. Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta (art. 198 do CP).....	425
4.2.1. Introdução	425
4.2.2. Classificação doutrinária.....	426
4.2.3. Quadro-resumo	426
4.2.4. Pena, ação penal, competência para julgamento e suspensão condicional do processo.....	427
4.3. Atentado contra a liberdade de associação (art. 199 do CP)	427
4.3.1. Introdução	427
4.3.2. Classificação doutrinária.....	428
4.3.3. Quadro-resumo	428
4.3.4. Pena, ação penal, competência para julgamento e suspensão condicional do processo.....	429
4.4. Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem (art. 200 do CP).....	429
4.4.1. Introdução	429
4.4.2. Classificação doutrinária.....	430
4.4.3. Quadro-resumo	431
4.4.4. Pena, ação penal, competência para julgamento e suspensão condicional do processo.....	431
4.5. Paralisação de trabalho de interesse coletivo (art. 201 do CP).....	432
4.5.1. Introdução	432
4.5.2. Classificação doutrinária.....	432
4.5.3. Quadro-resumo	432
4.5.4. Pena, ação penal, competência para julgamento e suspensão condicional do processo.....	433
4.6. Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola.Sabotagem (art. 202 do CP).....	433
4.6.1. Introdução	434
4.6.2. Classificação doutrinária.....	434
4.6.3. Quadro-resumo	435
4.6.4. Pena, ação penal e suspensão condicional do processo.....	435
4.7. Frustração de direito assegurado por lei trabalhista (art. 203 do CP)	435
4.7.1. Introdução	436
4.7.2. Classificação doutrinária.....	436
4.7.3. Quadro-resumo	437
4.7.4. Modalidades assemelhadas (art. 203, § 1º, do CP)	437
4.7.5. Causas especiais de aumento de pena (art. 203, § 2º, do CP)	438
4.7.6. Pena, ação penal, competência para julgamento e suspensão condicional do processo.....	438
4.8. Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho (art. 204 do CP).....	438
4.8.1. Introdução	438
4.8.2. Classificação doutrinária.....	439
4.8.3. Quadro-resumo	439
4.8.4. Pena, ação penal, competência para julgamento e suspensão condicional do processo	440
4.9. Exercício de atividade com infração de decisão administrativa (art. 205 do CP).....	440
4.9.1. Introdução	440
4.9.2. Classificação doutrinária.....	441
4.9.3. Quadro-resumo	441
4.9.4. Pena, ação penal, competência para julgamento e suspensão condicional do processo	442
4.10. Aliciamento para fim de emigração (art. 206 do CP).....	442
4.10.1. Introdução	442
4.10.2. Classificação doutrinária.....	443
4.10.3. Quadro-resumo	443
4.10.4. Pena, ação penal e suspensão condicional do processo.....	444
4.11. Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional (art. 207 do CP)	444
4.11.1. Introdução	444
4.11.2. Classificação doutrinária.....	445
4.11.3. Quadro-resumo	445

4.11.4.	Modalidade assemelhada (art. 207, § 1º, do CP).....	446
4.11.5.	Causa especial de aumento de pena (art. 207, § 2º, do CP).....	446
4.11.6.	Pena, ação penal e suspensão condicional do processo.....	446
5.	DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS.....	447
5.1.	Dos crimes contra o sentimento religioso.....	447
5.1.1.	Ultraje a culto a impedimento ou perturbação de ato a ele relativo (art. 208 do CP).....	447
5.2.	Dos crimes contra o respeito aos mortos.....	449
5.2.1.	Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária (art. 209 do CP).....	449
5.2.2.	Violação de sepultura (art. 210 do CP).....	451
5.2.3.	Destrução, subtração ou ocultação de cadáver (art. 211 do CP).....	453
5.2.4.	Vilipêndio a cadáver (art. 212 do CP).....	455
6.	DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL.....	458
6.1.	Dos crimes contra a liberdade sexual.....	458
6.1.1.	Estupro (art. 213 do CP).....	458
6.1.2.	Violação sexual mediante fraude (art. 215 do CP).....	466
6.1.3.	Importunação sexual (art. 215-A do CP).....	470
6.1.4.	Assédio sexual (art. 216-A do CP).....	472
6.1.5.	Registro não autorizado da intimidade sexual (art. 216-B do CP).....	475
6.2.	Dos crimes sexuais contra vulnerável.....	478
6.2.1.	Estupro de vulnerável (art. 217-A do CP).....	478
6.2.2.	Corrupção de menores (art. 218 do CP).....	483
6.2.3.	Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente (art. 218-A do CP).....	487
6.2.4.	Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B do CP).....	491
6.2.5.	Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia.....	496
6.3.	Disposições gerais.....	499
6.3.1.	Ação penal (art. 225 do CP) e aumento de pena (art. 226 do CP).....	499
6.4.	Do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual.....	500
6.4.1.	Mediação para servir a lascívia de outrem (art. 227 do CP).....	500
6.4.2.	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual (art. 228 do CP).....	504
6.4.3.	Casa de prostituição (art. 229 do CP).....	508
6.4.4.	Rufianismo (art. 230 do CP).....	511
6.4.5.	Promoção de migração ilegal (art. 232-A do CP).....	515
6.5.	Do ultraje público ao pudor.....	518
6.5.1.	Ato obsceno (art. 233 do CP).....	518
6.5.2.	Escrito ou objeto obsceno (art. 234 do CP).....	521
6.6.	Disposições gerais.....	524
6.6.1.	Aumento de pena (art. 234-A do CP).....	524
7.	DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA.....	525
7.1.	Dos crimes contra o casamento.....	525
7.1.1.	Bigamia (art. 235 do CP).....	525
7.1.2.	Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento (art. 236 do CP).....	528
7.1.3.	Conhecimento prévio de impedimento (art. 237 do CP).....	530
7.1.4.	Simulação de autoridade para celebração de casamento (art. 238 do CP).....	532
7.1.5.	Simulacro de casamento (art. 239 do CP).....	534
7.2.	Dos crimes contra o estado de filiação.....	536
7.2.1.	Registro de nascimento inexistente (art. 241 do CP).....	536
7.2.2.	Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido (art. 242 do CP).....	539
7.2.3.	Sonegação de estado de filiação (art. 243 do CP).....	542
7.3.	Dos crimes contra a assistência familiar.....	545
7.3.1.	Abandono material (art. 244 do CP).....	545
7.3.2.	Entrega de filho menor a pessoa inidônea (art. 245 do CP).....	548
7.3.3.	Abandono intelectual (art. 246 do CP).....	551
7.3.4.	Abandono moral (art. 247 do CP).....	553

7.4.	Dos crimes contra o pátrio poder, tutela ou curatela	556
7.4.1.	Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes (art. 248)	556
7.4.2.	Subtração de incapazes (art. 249 do CP)	558
8.	DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA	561
8.1.	Dos crimes de perigo comum	561
8.1.1.	Incêndio (art. 250 do CP)	561
8.1.2.	Explosão (art. 251 do CP)	565
8.1.3.	Uso de gás tóxico ou asfixiante (art. 252 do CP)	569
8.1.4.	Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante (art. 253 do CP)	573
8.1.5.	Inundação (art. 254 do CP)	576
8.1.6.	Perigo de inundação (art. 255 do CP)	578
8.1.7.	Desabamento ou desmoronamento (art. 256 do CP)	581
8.1.8.	Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento (art. 257 do CP)	584
8.1.9.	Formas qualificadas de crime de perigo comum (art. 258 do CP)	587
8.1.10.	Difusão de doença ou praga (art. 259 do CP)	587
8.2.	Dos crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos	590
8.2.1.	Perigo de desastre ferroviário (art. 260 do CP)	590
8.2.2.	Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo (art. 261 do CP)	594
8.2.3.	Atentado contra a segurança de outro meio de transporte (art. 262 do CP)	598
8.2.4.	Forma qualificada (art. 263 do CP)	602
8.2.5.	Arremesso de projétil (art. 264 do CP)	602
8.2.6.	Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública (art. 265 do CP)	606
8.2.7.	Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública (art. 266 do CP)	608
8.3.	Dos crimes contra a saúde pública	611
8.3.1.	Epidemia (art. 267 do CP)	611
8.3.2.	Infração de medida sanitária preventiva (art. 268 do CP)	614
8.3.3.	Omissão de notificação de doença (art. 269 do CP)	617
8.3.4.	Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal (art. 270 do CP)	619
8.3.5.	Corrupção ou poluição de água potável (art. 271 do CP)	622
8.3.6.	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios (art. 272 do CP)	625
8.3.7.	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273 do CP)	628
8.3.8.	Emprego de processo proibido ou de substância não permitida (art. 274 do CP)	632
8.3.9.	Invólucro ou recipiente com falsa indicação (art. 275 do CP)	635
8.3.10.	Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores (art. 276 do CP)	637
8.3.11.	Substância destinada à falsificação (art. 277 do CP)	639
8.3.12.	Outras substâncias nocivas à saúde pública (art. 278 do CP)	641
8.3.13.	Medicamento em desacordo com receita médica (art. 280 do CP)	644
8.3.14.	Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica (art. 282 do CP)	647
8.3.15.	Charlatanismo (art. 283 do CP)	650
8.3.16.	Curandeirismo (art. 284 do CP)	652
8.3.17.	Forma qualificada (art. 285 do CP)	655
9.	DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA	655
9.1.	Incitação ao crime (art. 286 do CP)	655
9.1.1.	Introdução	655
9.1.2.	Classificação doutrinária	656
9.1.3.	Quadro-resumo	657
9.1.4.	Pena, ação penal, competência para julgamento e suspensão condicional do processo	657
9.1.5.	Destaques	658
9.2.	Apologia de crime ou criminoso (art. 287 do CP)	658
9.2.1.	Introdução	658
9.2.2.	Classificação doutrinária	659
9.2.3.	Quadro-resumo	659

9.2.4.	Pena, ação penal, competência para julgamento e suspensão condicional do processo	660
9.2.5.	Destaques	660
9.3.	Associação criminosa (art. 288 do CP)	661
9.3.1.	Introdução	661
9.3.2.	Classificação doutrinária.....	661
9.3.3.	Quadro-resumo	662
9.3.4.	Modalidade qualificada (art. 8º da Lei 8.072/1990).....	662
9.3.5.	Causa especial de aumento de pena (art. 288, parágrafo único, do CP).....	662
9.3.6.	Pena, ação penal e suspensão condicional do processo	663
9.3.7.	Destaques	663
9.4.	Constituição de milícia privada (art. 288-A do CP).....	664
9.4.1.	Introdução	664
9.4.2.	Classificação doutrinária	665
9.4.3.	Quadro-resumo	666
9.4.4.	Pena e ação penal.....	666
9.4.5.	Destaques.....	667
10.	DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	668
10.1.	Da moeda falsa	668
10.1.1.	Moeda falsa (art. 289 do CP)	668
10.1.2.	Crimes assimilados ao de moeda falsa (art. 290 do CP)	672
10.1.3.	Petrechos para falsificação de moeda (art. 291 do CP).....	674
10.1.4.	Emissão de título ao portador sem permissão legal (art. 292 do CP).....	676
10.2.	Da falsidade de títulos e outros papéis públicos.....	679
10.2.1.	Falsificação de papéis públicos (art. 293 do CP).....	679
10.2.2.	Petrechos de falsificação (art. 294 do CP).....	682
10.2.3.	Art. 295 do CP.....	685
10.3.	Da falsidade documental	685
10.3.1.	Falsificação de selo ou sinal público (art. 296 do CP)	685
10.3.2.	Falsificação de documento público (art. 297 do CP).....	688
10.3.3.	Falsificação de documento particular (art. 298 do CP)	692
10.3.4.	Falsidade ideológica (art. 299 do CP).....	694
10.3.5.	Falso reconhecimento de firma ou letra (art. 300 do CP)	698
10.3.6.	Certidão ou atestado ideologicamente falso (art. 301 do CP).....	700
10.3.7.	Falsidade de atestado médico (art. 302 do CP).....	703
10.3.8.	Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica (art. 303 do CP).....	705
10.3.9.	Uso de documento falso (art. 304 do CP).....	708
10.3.10.	Supressão de documento (art. 305 do CP).....	711
10.4.	De outras falsidades.....	713
10.4.1.	Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins (art. 306 do CP)	713
10.4.2.	Falsa identidade (art. 307 do CP).....	716
10.4.3.	Art. 308 do CP.....	718
10.4.4.	Fraude de lei sobre estrangeiro (art. 309 do CP).....	721
10.4.5.	Art. 310 do CP.....	723
10.4.6.	Adulteração de sinal identificador de veículo automotor (art. 311 do CP).....	725
10.5.	Das fraudes em certames de interesse público.....	728
10.5.1.	Fraudes em certames de interesse público (art. 311-A do CP).....	728
11.	DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	732
11.1.	Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral.....	732
11.1.1.	Peculato (art. 312 do CP).....	732
11.1.2.	Peculato mediante erro de outrem (art. 313 do CP).....	736
11.1.3.	Inserção de dados falsos em sistema de informações (art. 313-A do CP).....	738
11.1.4.	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações (art. 313-B do CP)	741
11.1.5.	Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento (art. 314 do CP).....	743
11.1.6.	Emprego irregular de verbas ou rendas públicas (art. 315 do CP).....	746

11.1.7.	Concussão (art. 316 do CP).....	748
11.1.8.	Corrupção passiva (art. 317 do CP).....	752
11.1.9.	Facilitação de contrabando ou descaminho (art. 318 do CP)	756
11.1.10.	Prevaricação (art. 319 do CP).....	758
11.1.11.	Omissão de dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar (art. 319-A do CP).....	761
11.1.12.	Condescendência criminosa (art. 320 do CP).....	763
11.1.13.	Advocacia administrativa (art. 321 do CP).....	766
11.1.14.	Violência arbitrária (art. 322 do CP).....	768
11.1.15.	Abandono de função (art. 323 do CP).....	771
11.1.16.	Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado (art. 324 do CP).....	774
11.1.17.	Violação de sigilo funcional (art. 325 do CP)	777
11.1.18.	Violação do sigilo de proposta de concorrência (art. 326 do CP).....	780
11.1.19.	Funcionário público (art. 327 do CP).....	783
11.2.	Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral	784
11.2.1.	Usurpação de função pública (art. 328 do CP).....	784
11.2.2.	Resistência (art. 329 do CP).....	787
11.2.3.	Desobediência (art. 330 do CP).....	791
11.2.4.	Desacato (art. 331 do CP).....	794
11.2.5.	Tráfico de influência (art. 332 do CP).....	796
11.2.6.	Corrupção ativa (art. 333 do CP).....	798
11.2.7.	Descaminho (art. 334 do CP).....	801
11.2.8.	Contrabando (art. 334-A do CP).....	804
11.2.9.	Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência (art. 335 do CP)	807
11.2.10.	Inutilização de edital ou de sinal (art. 336 do CP).....	807
11.2.11.	Subtração ou inutilização de livro ou documento (art. 337 do CP).....	809
11.2.12.	Sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A do CP).....	811
11.3.	Dos crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira	814
11.3.1.	Corrupção ativa em transação comercial internacional (art. 337-B do CP).....	814
11.3.2.	Tráfico de influência em transação comercial internacional (art. 337-C do CP).....	816
11.3.3.	Funcionário público estrangeiro (art. 337-D do CP).....	818
11.4.	DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	819
11.4.1.	Contratação direta ilegal (art. 337-E do CP).....	819
11.4.2.	Frustração do caráter competitivo de licitação (art. 337-F do CP).....	821
11.4.3.	Patrocínio de contratação indevida (art. 337-G do CP).....	823
11.4.4.	Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo (art. 337-H do CP).....	826
11.4.5.	Perturbação de processo licitatório (art. 337-I do CP).....	829
11.4.6.	Violação de sigilo em licitação (art. 337-J do CP).....	831
11.4.7.	Afastamento de licitante (art. 337-K do CP).....	833
11.4.8.	Fraude em licitação ou contrato (art. 337-L do CP).....	836
11.4.9.	Contratação inidônea (art. 337-M do CP)	839
11.4.10.	Impedimento indevido (art. 337-N do CP).....	841
11.4.11.	Omissão grave de dado ou de informação por projetista (art. 337-O do CP).....	844
11.4.12.	Pena de multa (art. 337-P do CP).....	846
11.5.	Dos crimes contra a Administração da Justiça.....	847
11.5.1.	Reingresso de estrangeiro expulso (art. 338 do CP).....	847
11.5.2.	Denúnciação caluniosa (art. 339 do CP).....	849
11.5.3.	Comunicação falsa de crime ou de contravenção (art. 340 do CP).....	853
11.5.4.	Autoacusação falsa (art. 341 do CP).....	855
11.5.5.	Falso testemunho ou falsa perícia (art. 342 do CP)	858
11.5.6.	Art. 343 do CP	861
11.5.7.	Coação no curso do processo (art. 344 do CP).....	864
11.5.8.	Exercício arbitrário das próprias razões (art. 345 do CP)	866
11.5.9.	Art. 346 do CP	869
11.5.10.	Fraude processual (art. 347 do CP).....	871
11.5.11.	Favorecimento pessoal (art. 348 do CP).....	874
11.5.12.	Favorecimento real (art. 349 do CP).....	877

11.5.13.	Art. 349-A do CP.....	879
11.5.14.	Exercício arbitrário ou abuso de poder (art. 350 do CP).....	881
11.5.15.	Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança (art. 351 do CP).....	882
11.5.16.	Evasão mediante violência contra a pessoa (art. 352 do CP).....	886
11.5.17.	Arrebatamento de preso (art. 353 do CP).....	887
11.5.18.	Motim de presos (art. 354 do CP).....	889
11.5.19.	Patrocínio infiel (art. 355 do CP).....	891
11.5.20.	Sonegação de papel ou objeto de valor probatório (art. 356 do CP).....	893
11.5.21.	Exploração de prestígio (art. 357 do CP).....	895
11.5.22.	Violência ou fraude em arrematação judicial (art. 358 do CP).....	898
11.5.23.	Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito (art. 359 do CP).....	901
11.6.	Dos crimes contra as finanças públicas.....	903
11.6.1.	Contratação de operação de crédito (art. 359-A do CP).....	903
11.6.2.	Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar (art. 359-B do CP).....	905
11.6.3.	Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura (art. 359-C do CP).....	907
11.6.4.	Ordenação de despesa não autorizada (art. 359-D do CP).....	909
11.6.5.	Prestação de garantia graciosa (art. 359-E do CP).....	911
11.6.6.	Não cancelamento de restos a pagar (art. 359-F do CP).....	913
11.6.7.	Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura (art. 359-G do CP).....	915
11.6.8.	Oferta pública ou colocação de títulos no mercado (art. 359-H do CP).....	917
12.	DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	919
12.1.	Dos crimes contra a soberania nacional.....	919
12.1.1.	Atentado à soberania.....	919
12.1.2.	Atentado à integridade nacional.....	922
12.1.3.	Espionagem.....	925
12.2.	Dos crimes contra as instituições democráticas.....	930
12.2.1.	Abolição violenta do Estado Democrático de Direito.....	930
12.2.2.	Golpe de Estado.....	932
12.3.	Dos crimes contra o funcionamento das instituições democráticas no processo eleitoral.....	934
12.3.1.	Interrupção do processo eleitoral.....	934
12.3.2.	Violência política.....	936
12.4.	Dos crimes contra o funcionamento dos serviços essenciais.....	938
12.4.1.	Sabotagem.....	938
12.5.	Disposições comuns.....	940
13.	DISPOSIÇÕES FINAIS.....	941
13.1.	Revogação das disposições contrárias ao CP.....	941
13.2.	Início da vigência.....	941
BIBLIOGRAFIA.....		943